



# PAULO: A BUSCA HISTÓRICA PELO APÓSTOLO DOS GENTIOS

*Paul: the historical search for the apostle of the gentiles*

Daniel Soares Veiga<sup>1</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

DOI: 10.29327/256659.15.3-2

CHEVITARESE, André Leonardo. **Paulo**: o que a história tem a dizer sobre ele. Rio de Janeiro: Menocchio, 2024, 211p.

Logo na introdução do seu livro, Chevitarese deixa claro que sua proposta não é escrever uma biografia sobre Paulo, empreitada esta que, aliás, o próprio autor considera ser impossível devido à ausência de documentação que contivesse informações a respeito de muitos aspectos da vida de Paulo, como, por exemplo: 1) onde e quando ele nasceu, 2) como foi sua infância e juventude, 3) quem foram seus pais, 4) se ele falava aramaico, 5) se ele esteve em Jerusalém antes de aderir ao cristianismo, 6) onde e quando ele morreu, 7) se sua morte foi natural ou se ele foi assassinado, etc.

André Chevitarese elabora uma tabela elencando as obras originárias de Paulo (as epístolas comprovadas como sendo de sua autoria – 1º Tessalonicenses, Gálatas, Romanos, Filipenses, 1º e 2º Coríntios e Filêmon), bem como a datação correspondente a cada uma delas. Neste ponto, eu considero uma falha do autor não ter dedicado algumas linhas para explicar os critérios utilizados para se estabelecer as condições da autoria paulina dos textos,

---

<sup>1</sup> Doutor em História Antiga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com especialidade nas áreas de paleocristianismo e judaísmo antigo. Professor Docente I do Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro e Professor Docente I do Ensino Fundamental do Município do Rio de Janeiro. E-mail: [danisoavei@yahoo.com](mailto:danisoavei@yahoo.com).

o que enriqueceria o seu estudo, principalmente devido ao fato de que tais critérios quase nunca são abordados pelos estudiosos de língua portuguesa.

Ciente da impossibilidade de resgatar informações biográficas sobre o apóstolo, Chevitarese envida esforços no sentido de entender quem foi Paulo a partir das experiências religiosas relatadas pelo mesmo nas suas sete cartas autênticas (todas redigidas nos anos 50 do século I), como ele se viu e como ele foi visto por aqueles que conviveram com ele. Para a execução desta pesquisa, o autor enfatiza que é indispensável situar Paulo no tempo e no espaço, pois sem esta alocação espaço-temporal, Paulo deixaria de ser um sujeito histórico para se tornar uma abstração a-temporal passível das mais inverossímeis interpretações, inclusive para fins espúrios de alienação por parte de lideranças religiosas atuais.

Tendo isto em mente, o retrato que se pode reconstituir de Paulo a partir das poucas informações historicamente confiáveis a seu respeito é o de um judeu cidadão helenizado, de língua grega, com uma visão cosmopolita de quem se esforçou para inserir os gentios politeístas dentro da doutrina judaico-cristã, embora ele tenha, inicialmente, perseguido os judeus que viam Jesus como sendo o Cristo, isto é, o messias. Suas primeiras impressões acerca de quem foi Jesus vieram por meio do contato com pessoas que foram companheiras de Jesus (Pedro, Tiago e João) ou de testemunhas oculares; relatos que foram transmitidos a ele oralmente e que ele, por sua vez, tratou de repassar a terceiros não sem antes agregar informações resultantes da sua própria subjetividade, o que reforça o caráter fluídico da oralidade, algo que Chevitarese faz questão de matizar no decurso da sua pesquisa.

Uma das estórias sobre Jesus que Paulo reiteradamente propagou foi a de que o Jesus ressuscitado apareceu a ele e lhe instruiu a pregar sua mensagem aos gentios. André Chevitarese, inclusive, aponta que Paulo se valeu desta experiência mística para balizar quem poderia ser considerado ou não como apóstolo. Em suma, de acordo com Paulo, somente poderia ser considerado apóstolo aquele que tivesse avistado o Cristo ressuscitado, eliminando qualquer outro tipo de credencial. Esta imposição de Paulo, certamente, gerou conflitos com agremiações cristãs que desconheciam ou desconsideravam a ressurreição de Jesus como mote para conversão, como, por exemplo, aquelas comunidades responsáveis pelos Evangelhos de Q e de Tomé, contemporâneas à pregação de Paulo.

Nesta toada de divergências teológicas, Chevitarese destaca os antagonismos que existiram entre Paulo e as demais lideranças cristãs, como Pedro e Tiago, membros da comunidade cristã de Jerusalém e defensores fervorosos da manutenção das práticas judaicas, cujo melhor exemplo é a circuncisão. Demonstrando que sabe fazer uma leitura metódica da documentação, o pesquisador detecta nas entrelinhas dos textos os pontos de atrito entre Paulo e seus concorrentes numa perspectiva dúplice: seja nas críticas que Paulo faz àqueles que discordam das suas opiniões (“pseudoirmãos” – Gl 2:4, “obreiros malévolos” – Fl 3:2, “sujeitos à condenação” – Gl 5:10); seja nas críticas que seus oponentes dirigem a ele (“dono de um discurso desprezível” – 2 Cor 11:6). Neste último caso, entretanto, os indícios só podem ser extraídos por meio de uma leitura indireta, já que os mesmos, conforme bem observou Chevitarese, não nos legaram registros escritos.

Infelizmente, o autor não esmiúça as razões do porquê não existirem cartas de membros dessas comunidades endereçadas a Paulo, o que provavelmente deve ter ocorrido. Tal questionamento poderia levantar hipóteses instigantes, ainda que inconclusivas. Estariam trechos dessas supostas cartas conservados de maneira difusa nas obras dos autores da patrística? Teriam simplesmente sido destruídas pela ortodoxia cristã? Ou será que algumas dessas cartas perdidas foram usadas na composição de evangelhos extracanônicos? O fato é que as epístolas paulinas acabam se tornando os documentos mais antigos que tratam da interação entre membros das comunidades cristãs sob a ótica de um único autor.

Sendo assim, ficamos restritos a Paulo, ou melhor, às lembranças de Paulo, conforme Chevitarese faz questão de frisar, metaforizando as cartas paulinas como uma “caixinha de antigas histórias” (sic), isto é, recordações compiladas nas quais Paulo revive sua convivência com lideranças femininas (Prisca, Júnia, Cloé, etc.), seu reiterado apelo pelo batismo e sua recorrência aos ditos de Jesus acerca do tema do divórcio. Ao reavivar por escrito suas recordações, é a memória afetiva de Paulo sobre acontecimentos pretéritos que nós estamos acionando e não o diário de bordo de um navegador que registra diuturnamente, em tempo real, cada desvio de rota manobrado pela sua embarcação.

Esta perspectiva de interpretar os textos paulinos como um conjunto de memórias afetivas do apóstolo, proposta argutamente por Chevitarese, nos permite analisar certos aspectos litúrgicos do cristianismo sob um prisma que foge do senso comum, assimilados au-

tomaticamente pelos cristãos atuais sem qualquer tipo de reflexão. É o caso da instituição da eucaristia, no qual uma simples refeição de despedida de Jesus com seus discípulos ganha contornos, na ótica paulina, de uma cerimônia ritual a ser reencenada periodicamente num contexto de sacralidade. É em 1 Cor 11:23-26 que a ação de beber o cálice se transforma numa ordenação a ser repetida indefinidamente (“todas as vezes que dele beberdes, fazei-o em memória de mim”), distanciando-se do que antes era apenas uma refeição pascal. A estória de um banquete final de Jesus com seus companheiros, da qual Paulo tomou conhecimento, o impactou profundamente e ele deve ter sentido necessidade de imprimir a este evento uma aura de dramaticidade.

Chevitarese chama nossa atenção para o seguinte detalhe: se lermos os evangelhos canônicos, não encontraremos neles qualquer menção a uma obrigatoriedade sobre continuar a eucaristia após a morte de Jesus. Não que Paulo tenha inventado a instituição da eucaristia, mas sua recomendação, lida e ouvida várias vezes por audiências de cristãos espalhados pelo Império Romano, sem dúvida contribuiu para transformar a última ceia num rito de consagração idiossincrático do cristianismo.

Outro aspecto muito peculiar da visão paulina que se distanciava do Jesus histórico era a sua concepção do Reino de Deus. Enquanto que para Jesus de Nazaré o Reino de Deus já estava irrompendo durante o seu ministério e ele se manifestaria aqui na terra, sendo caracterizado por fartura de comida e bebida; Paulo concebia o Reino de Deus como um evento futuro (ainda que num futuro muito breve) que se concretizaria com a parusia e os seres humanos se reconciliariam com Deus não na realidade terrena, mas num plano abstrato, no céu, acima das nuvens, para onde todos seriam arrebatados.

É como se Paulo nutrisse tanta aversão à realidade terrestre que ele achasse este plano material indigno de ser o palco de uma reconciliação do ser humano com a divindade, pelo que tal acontecimento demandaria um cenário mais puro, mais idílico, longe das mesquinhas impostas pelos tabus e convenções sociais do mundo greco-romano. E sua maneira de pensar pode estar relacionada com os limites e restrições que vigoravam dentro das próprias casas onde se reuniam as congregações cristãs e que nada mais eram do que reproduções em micro-escala das relações sociais hierarquizadas do Império Romano. No último capítulo do livro, Chevitarese tem o mérito de tentar recuperar como era o espaço físico dessas casas e

quais eram os limites para a circulação e ocupação de cada metro quadrado dentro dessas residências, segundo as normas de convivência social ditadas por um império que regulava as relações sociais em critérios de riqueza e poder político. O que prevalecia era uma relação binária e assimétrica entre rico e pobre, amo e escravo, nobre e plebeu, patrono e cliente, cidadão e não cidadão, homem e mulher.

Procedendo a um levantamento arqueológico de algumas dessas casas, o autor denota como a organização do espaço físico refletia o arranjo social que insistia em manter uma separação mesmo entre iguais. Por iguais, refiro-me aos membros da congregação de Cristo que, embora partilhando da mesma crença e abrigados sob o mesmo teto, ainda assim recebiam tratamento diferenciado, segundo a posição social de cada um. A arqueologia revelou que as casas das pessoas mais abastadas (justamente as que acolhiam as congregações de cristãos) eram compartimentadas em aposentos que incluíam os cômodos reservados ao proprietário e seus familiares, uma sala de estar luxuosa onde o dono, seus familiares e amigos ricos se reuniam para o banquete, reclinados em divãs (o tricínio), e um átrio reservado aos convidados menos prestigiados, que tinham que sentar no chão e só eram servidos depois que o anfitrião e seus homólogos se fartavam, tendo que se contentarem normalmente com as sobras das refeições. Possivelmente foi este modelo exclusivista e segregador que Paulo repudiou e que o levou a desejar um Reino de Deus num ambiente melhor, livre de privilégios e interdições classistas.

Chevitarese remete a um documento cristão datado do final do século I, a Epístola de Tiago, que endossa descritivamente o exposto acima, onde o autor condena os que tratam de forma distinta os hóspedes “que se vestem luxuosamente e usam anéis de ouro e os mendigos que trajam vestes sujas” (Tg 2:2-4). Chevitarese indaga se tal hóspede rico não seria uma figura estereotipada do patrono que, no Império Romano, era quem financiava as associações de pessoas unidas por uma causa comum. É a ocasião em que o historiador aproveita para debater o tema do último capítulo do seu livro: as antigas congregações cristãs podiam ser consideradas associações ou “clubes” no sentido estrito?

Valendo-se das escassas informações advindas da cultura material (mosaicos, epígrafes) e de fragmentos textuais (passagens curtas contidas no Novo Testamento, listas de doadores, etc), Chevitarese responde positivamente a questão acima. Esta é a parte mais notável

da sua obra, pois ele deixa claro para o leitor que as comunidades cristãs não existiram no vazio; elas estavam inseridas numa teia de relações políticas, culturais e socioeconômicas (que o autor chama de “herança cultural compartilhada”) marcadas pela reciprocidade de direitos e deveres entre os atores envolvidos e que demandavam pela necessidade de negociações contínuas. Aceitar as regras deste “jogo” era indispensável para que as comunidades cristãs sobrevivessem ao tempo. Tendo isto em mente, Chevitarese expressa uma conclusão que é óbvia, mas que a quase totalidade dos cristãos contemporâneos ignoram: o cristianismo não persistiu até os dias de hoje ancorado unicamente na fé. Sem uma estratégia de negociação com os poderes estabelecidos, que implicou em perdas e ganhos para a formação da teologia cristã, o cristianismo jamais teria atravessado os séculos e hoje seria uma mera nota de rodapé nos estudos historiográficos.

Eu concluo esta resenha com uma avaliação positiva da sua obra, pois o autor trabalha numa perspectiva transdisciplinar, equilibrando bem as contribuições da história, da arqueologia, da antropologia e da semiótica textual, o que confere à sua pesquisa uma visão abrangente acerca do seu objeto de estudo. Além disso, deve-se elogiar o fato de que o livro foi escrito numa linguagem simples e facilmente acessível. Chevitarese dialoga constantemente com o leitor e sobretudo com o leitor cristão, esclarecendo que a sua religião tem raízes no tempo e no espaço, alertando contra o risco dela se tornar objeto de manipulação política a serviço de líderes religiosos mal-intencionados.

Recebida em 16/08/2024.

Aprovada para publicação em 25/09/2024.